

"SURVEY" DA ECONOMIA BRASILEIRA

ASPECTOS SETORIAIS

AGRICULTURA

Preparado por: Antonio M. Chaves
Paulo Toledo⁹² Bruzzi
Alamir Mesquita
Berlando Ledo

(Versão Preliminar)

Brasília/Dezembro/1974

SURVEY DA ECONOMIA BRASILEIRA



AGRICULTURA

Durante a maior parte dos anos recentes, a agricultura brasileira tem crescido de modo satisfatório. O exame do comportamento do setor durante a última década permite a conclusão de que a sua oferta de produtos foi suficiente para atender a demanda interna e permitir excedentes exportáveis. Indicações de desequilíbrios relativos na produção foram encontrados apenas no final dos anos sessenta e início da presente década.

No período 1960/70, o crescimento do produto agrícola real evoluiu a uma taxa média anual de 4,4%. Entre 1970 e 1974, esta taxa elevou-se para cerca de 7,2% ao ano, destacando-se os anos de 1971 (11,4%) e 1974 (10,0%); ambos de excepcional produção cafeeira. O aumento da taxa de expansão da agricultura, verificado nos últimos anos, foi o resultado da expansão da demanda (taxas mais altas do crescimento da renda "per capita") e do potencial de oferta, verificado a partir de 1967, em função da intensificação de práticas destinadas ao aumento da produtividade por área e/ou trabalhador. Iniciou-se, naquele ano, um rápido incremento da mecanização, utilização de sementes melhoradas, fertilizantes, defensivos e correlatos, como consequência dos grandes incentivos creditícios e fiscais do Governo Federal.

O valor da produção agrícola no ano de 1974 alcançou a cifra de Cr\$ 60.532 milhões (a preços de 1973), contra Cr\$ 55.029 milhões do ano anterior, significando um incremento real de 10,0%. Esses valores representam uma participação de 14,2% no Produto Interno Bruto do Brasil (Cr\$ 387.531 milhões e Cr\$ 426.287 milhões, em 1973 e 1974, respectivamente).

Dos Cr\$ 60.532 milhões do setor agrícola, Cr\$ 39.346 milhões correspondem a participação do Subsetor Lavouras (65,0%), Cr\$ 18.765 milhões (31,0%) do Subsetor Produção Animal e Derivados e os restantes Cr\$ 2.421 milhões (4,0%) do Subsetor Extrativa Vegetal.

Em 1974, estimou-se, com base em levantamentos efetuados, a área explorada com lavouras em 42.000 mil hectares e a área com pas-

tagens em 170.000 mil hectares, perfazendo o total de 212.000 mil ha, o qual representa cerca de 25,0% do território nacional.

O Subsetor Extrativa Vegetal constitui-se basicamente da exploração florestal-madeireira, a qual representa 75,0% do total, e os 25,0% restantes relativos à coleta e extração de produtos nativos (babaçu, castanha do Pará, carnaúba, borracha e outros).

A participação dos produtos da agricultura nas exportações brasileiras era de 88,7% em 1959/61, caindo para 76,9% no período 1969/71. O percentual tendeu a declinar na medida em que produtos industriais e produtos de origem extrativo-mineral foram sendo incorporados à pauta das exportações brasileiras. Tal tendência foi novamente verificada nos anos 1973 e 1974, quando as participações foram de 69,1% e 57,1%, respectivamente.

O valor das exportações dos produtos agrícolas nos anos de 1973 e 1974 girou em torno de US\$ 4.300 milhões de dólares, enquanto que as exportações globais foram, respectivamente, de US\$ 6.200 milhões e US\$ 7.500 milhões. Não obstante as exportações globais tenham registrado um acréscimo de 21,0%, observa-se que o valor das exportações dos produtos da agricultura mantiveram-se inalterados. Tal situação indica a ocorrência de uma série de fatores adversos, os quais comprometeram o dinamismo do setor registrado nos últimos 5 anos.

Na pauta das exportações dos produtos da agricultura, nos anos de 1973 e 1974, torna-se importante mencionar os seguintes: Café (grãos e solúvel), Soja (grãos, farelo e torta), açúcar (demerara e cristal), óleo de mamona, cacau (amêndoa e manteiga), sisal, milho em grãos e carne bovina (refrigerada, congelada e industrializada).

SUBSETOR LAVOURAS

Nos anos de 1973 e 1974, as culturas tradicionais (café, cana-de-açúcar, algodão, arroz, feijão, milho, cacau, laranja, mamona e amendoim), continuaram a ser preponderantes. Entretanto, dois produtos revelaram-se de grande importância a partir do final da década de sessenta: o trigo e a soja, cujas produções vem apresentando, de uma maneira geral, ritmo elevado de crescimento. O primeiro, substituindo importações, e o segundo, destinado basicamente à exportação.

CAFÉ

O café, em 1973, sofreu a sua segunda redução consecutiva, no período 1970/74, registrando uma queda em sua produção da ordem de 44,0%, a qual provocou significativo decréscimo no ritmo de expansão do setor agropecuário. Todavia, no ano de 1974, a produção cafeeira retornou à sua posição de destaque dentro do setor, em grande parte devido as condições climáticas que foram, de um modo geral, normais para a agricultura.

Em 1974, foram produzidas 26,4 milhões de sacas, contra 14,0 milhões em 1973, representando um acréscimo de cerca de 88,0%, numa mesma área de, aproximadamente, 2,3 milhões de ha. As regiões Sudeste e Sul contribuem com cerca de 96,0% da produção nacional.

A participação do café (grão e solúvel) nas exportações brasileiras, atingiu no ano de 1973 a importância de US\$ 1.343 milhões, contra US\$ 815 milhões em 1974, registrando um decréscimo da ordem de US\$ 529 milhões. Em decorrência desse fato, o café, que representou 21,7% das exportações globais brasileiras no ano de 1973, declinou esta participação para 10,9% em 1974.

SOJA

Em 1973, a cultura da soja continuou com sua vertiginosa expansão no Brasil, alcançando a produção de 4,3 milhões de toneladas, a qual representou um incremento da ordem de 35,0% em relação ao ano anterior. Tal situação, ocasionada pelas boas perspectivas internas e externas do produto em tela, resultou em uma produção de 7,1 milhões de toneladas no ano de 1974, ou seja, em um incremento de 64,0%.

Atualmente, a cultura de soja ocupa uma área de 4.600 mil hectares, sendo a Região Sul a principal produtora, com cerca de 91,0% da produção total.

As exportações brasileiras de soja (grãos, farelo e torta) atingiram o montante de US\$ 917 milhões em 1973, contra US\$ 863 milhões em 1974. Embora o volume físico deste produto tenha sido, em 1974 (4.662 mil t), 38% superior ao de 1973 (3.368 mil t), observa-se que ocorreu um decréscimo no valor das exportações da ordem de US\$ 54

milhões (- 6,0%), em decorrência das menores cotações do produto no mercado internacional em 1974.

CANA-DE-AÇÚCAR

A cultura de cana-de-açúcar prosseguiu em expansão nos anos de 1973 e 1974, com aumentos de produção de 6,4 e 9,0%, respectivamente.

A produção atual do Brasil é da ordem de 108,7 milhões de toneladas, numa área de 2,3 milhões de ha, apresentando um rendimento médio de 46,8 t/ha. A região Sudeste é a principal produtora, seguida pela região Nordeste, que, somadas, totalizam 90% da produção total.

As exportações brasileiras de açúcar (demerara e cristal), em 1974 (2.011 mil t), foram 28,2% inferiores às de 1973 (2.798 mil t). No entanto, em decorrência do aumento de cerca de 130% nas cotações internacionais do produto, o País aumentou o valor das exportações deste item em US\$ 390 milhões, passando de US\$ 553 milhões, em 1973, para US\$ 943 milhões em 1974. Ressalta-se que este produto representava 8,9% do valor global das exportações brasileiras em 1973, melhorando consideravelmente esta posição em 1974, quando alcançou 12,6%.

ALGODÃO

Apesar das possibilidades brasileiras serem extremamente favoráveis, quando se considera as vantagens relativas a custo de produção, as abundantes disponibilidades de recursos naturais, as possibilidades de melhoria da produtividade e um parque industrial têxtil em ritmo de expansão, o comportamento do setor de produção do algodão não vem correspondendo. Nos anos de 1973 e 1974, em uma área de cerca de 4,0 milhões de ha, a produção brasileira de algodão situou-se em torno de 2,2 milhões de toneladas, significando uma queda da ordem de 12,0% em relação ao ano de 1972.

No que diz respeito à produção total do Brasil, as regiões Nordeste, Sudeste e Sul representam 95%.

As exportações brasileiras de algodão em rama, em 1974, foram da ordem de US\$ 96 milhões, inferior em US\$ 122 milhões se compa-

radas com os resultados obtidos em 1973 (US\$ 218 milhões). Não obstante o expressivo incremento no preço médio de exportação do produto (+ 43,8%), houve necessidade da contenção das exportações desta fibra, objetivando um adequado suprimento da indústria doméstica para esta matéria-prima, o que motivou uma queda de 196 mil t (283 mil t em 1973 e 87 mil t em 1974) neste comércio.

TRIGO

A produção de trigo, durante os últimos dez anos, cresceu em cerca de 20,0% ao ano, contra uma demanda expandindo em 6% ao ano. Tal fato significa uma queda relativa na dependência da importação do produto, o qual ocupa o segundo lugar na pauta de importação do Brasil.

A produção de 1973 atingiu cerca de 2,0 milhões de toneladas, recuperando-se de uma queda de 66,0%, ocorrida na safra anterior, motivada por fatores climáticos. Em 1974, atingindo uma produção de, aproximadamente, 3,0 milhões de toneladas, observou-se um novo recorde na produção brasileira de trigo.

Atualmente, com uma área plantada de 2.500 mil ha e com uma potencialidade de 8.000 mil ha, o Brasil caminha decisivamente para sua auto-suficiência.

Com relação às importações deste cereal, o Brasil adquiriu, no mercado internacional, 2.091 mil t em 1974 e 3.011 mil t em 1973. Não obstante o País tenha reduzido consideravelmente o volume físico deste comércio em 1974, nota-se que, em decorrência da alta cotação deste produto no mercado internacional, somada aos elevados custos dos fretes, o Brasil dispendeu, em 1974 (US\$ 459 milhões), um volume de divisas superior em US\$ 58 milhões, comparativamente ao ano de 1973 (US\$ 401 milhões).

ARROZ

A produção nacional de arroz cresceu somente 1,7% ao ano no período compreendido entre 1969 e 1974. No entanto, as flutuações anuais da produção foram acentuadas, sendo que, em 1973, atingiu a cifra de 7,0 milhões de toneladas contra 7,5 milhões de 1974, correspondendo a um incremento de 7,0%.

A área cultivada com arroz, no período considerado, variou de 4.621 mil a 4.821 mil ha, participando a região Sudeste com 35,5%, a Centro-Oeste com 25,8% e as restantes (Sul, Nordeste e Norte) totalizam 38,7%.

FEIJÃO

As análises das evoluções da área colhida e da produção evidenciam que a produtividade física por ha vem decrescendo ao longo do tempo. Isto se evidencia comparando-se a produção e a área cultivada no período 1969/74, quando ocorreram aumentos respectivos de 8,0% e 33,0%.

Em 1974, a produção de feijão atingiu a cifra de 2,4 milhões de toneladas contra 2,1 milhões em 1973, para uma mesma área cultivada de 4.800 mil hectares. As principais regiões produtoras são: Nordeste (40,5%), Sul (30,0%) e Sudeste (23,1%).

MILHO

A produção de milho nos anos de 1973 e 1974, atingiu 14,9 milhões de toneladas e 16,6 milhões, respectivamente, apresentando um crescimento de 11,0%. A área plantada, no período citado, atingiu a 9.900 mil ha e 10.600 mil ha, respectivamente. É importante salientar que a cultura do milho acha-se disseminada por todo o território nacional, ocupando, nos últimos anos, dentre as lavouras cultivadas, a maior área, ou seja, 25,0% do total.

Seu comportamento na pauta dos produtos exportados tem sido excessivamente irregular. Em 1974, as exportações do milho em grão foram da ordem de US\$ 120 milhões contra US\$ 3 milhões em 1973, correspondendo aos volumes físicos de 1.000 mil t e 41 mil t, respectivamente.

CACAU

No Brasil, a produção de cacau se concentra no Sul da Bahia, sendo este Estado responsável por mais de 95,0% da produção nacional e por uma área colhida acima de 400 mil hectares. Nos últimos anos,

a produção brasileira de cacau vem se mantendo praticamente constante, situando-se em torno de 250 mil toneladas.

O total das exportações de cacau (amêndoas e manteiga) atingiu, em 1973, 107 mil t. No ano seguinte, elevou-se para 153 mil t, o que significa um acréscimo de 43,0%. Os valores exportados alcançaram as cifras de US\$ 154 milhões em 1973 e US\$ 290 milhões em 1974, resultando em um acréscimo da ordem de 88,0%. Ressalta-se que os excelentes resultados da safra cacauzeira em 1974, somados aos problemas da seca por que passam os produtores-exportadores mundiais deste produto, possibilitaram ao País os resultados expostos.

LARANJA

O Brasil ocupa o segundo lugar na produção mundial de laranja, suplantado apenas pelos Estados Unidos. Tal fato ocorreu como consequência da abertura do mercado externo para o suco concentrado de laranja nos últimos anos.

A produção de laranja no período compreendido entre 1969/73 cresceu de 2,9 milhões de toneladas para 5,1 milhões, ou seja, um acréscimo de 76,0% no período e de 15,2% ao ano.

No ano de 1974, a produção prevista é da ordem de 5,4 milhões de toneladas para uma área de 427 mil hectares.

É interessante salientar que, na principal região produtora (Sudeste, 72,0% da área plantada), a exploração desta cultura passou a constituir-se numa atividade eminentemente técnica e intensiva, com vistas para os grandes mercados consumidores e para a industrialização.

Entre 1969 e 1973, o suco de laranja constituiu-se num dos mais dinâmicos itens da pauta de exportações brasileiras, passando de 23 mil t em 1969 para 119 mil t em 1973, proporcionando divisas que variam de US\$ 11 milhões a US\$ 62 milhões nos anos considerados.

Em 1974, o volume físico deste comércio atingiu 71 mil t (- 40,0% em relação a 1973), no valor de US\$ 40 milhões. A retração verificada foi ocasionada por perturbações ocorridas no setor de industrialização da laranja.

MAMONA

O Brasil lidera a produção mundial de bagas e óleo de mamona. Sua participação na produção total é de mais de 40,0%, sendo seguido pela Índia e China Continental.

A produção brasileira, em 1970, alcançou a cifra de 348 mil toneladas, sendo que, no ano de 1973, foi obtida uma safra recorde de aproximadamente 424 mil toneladas de mamona em uma área de 454 mil hectares.

No ano de 1974, espera-se a obtenção de um novo recorde de produção que deverá ultrapassar a cifra de 500 mil toneladas.

Sua produção acha-se concentrada na região Nordeste, que participa com 71,0% da área plantada e 65,0% do volume total produzido.

O óleo de mamona vem mantendo certo grau de regularidade na pauta das exportações brasileiras. Em 1974, para um total de 153 mil t, gerou divisas da ordem de US\$ 133 milhões. No ano anterior, o volume físico atingiu 131 mil t e o valor de US\$ 122 milhões. Nos anos considerados, as exportações experimentaram um acréscimo de 16,0% na tonelagem exportada e de 11,0% nas divisas.

AMENDOIM

A cultura do amendoim, no Brasil, no período de 1960/70, apresentou taxas geométricas anuais de crescimento de 6,5% e 7,9%, respectivamente para a produção e a área. A produção de amendoim encontra-se concentrada nos Estados de São Paulo e Paraná, os quais, no período considerado, participaram com 93,0% da produção nacional.

A partir do ano de 1973, iniciou-se uma queda acentuada na produção brasileira dessa oleaginosa, principalmente em decorrência da substituição do cultivo do amendoim pela soja. No ano de 1972, a produção atingiu 956 mil toneladas, sendo que, em 1973 e 1974, foi de 585 mil e 479 mil t, respectivamente, proporcionando um decréscimo, no período citado, de 50,0%.

A participação do amendoim (óleo, farelo e torta) nas exportações brasileiras, nos anos de 1973 e 1974, girou em torno de US\$ 36 milhões, inferior em 15% ao ano de 1972. É interessante salientar que o consumo mundial dessa oleaginosa vem, também, sofrendo a concorrência da soja.

SUBSETOR PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS

O Subsetor Produção Animal e Derivados que participa, em média, com 31,0% do Produto Bruto do Setor Agrícola, cujos componentes (carne, leite, ovos, pescados e outros) apresentam no Brasil elevados coeficientes de elasticidade-renda, com raras exceções, não vem satisfazendo a uma demanda potencial crescente, tendo em vista as elevadas taxas de crescimento alcançadas pela economia brasileira a partir de meados da década de sessenta.

BOVINOCULTURA

A taxa geométrica de crescimento da produção bovina, no período 1960/70, experimentou grande incremento em relação a década anterior, como decorrência, em grande parte, do desenvolvimento e expansão da bovinocultura nas áreas tradicionais, especialmente nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Nos anos de 1973 e 1974, o efetivo do rebanho bovino brasileiro foi da ordem de 85.200 mil e 87.600 mil cabeças, respectivamente. A taxa geométrica de crescimento nos anos considerados foi da ordem de 2,78%. A maior concentração de bovinos encontra-se na Região Sudeste, com cerca de 34,1% do total brasileiro, vindo a seguir a Região Sul (24,1%), o Centro-Oeste (22,0%), o Nordeste (17,6%) e o Norte (2,2%).

O rebanho bovino brasileiro pode ser classificado em leiteiro, de corte e misto. A verificação do número relativo de animais separados por tipos de exploração demonstra a predominância do rebanho de corte, com 49,6% do total, vindo a seguir o rebanho misto com 35,5% e o leiteiro com 14,9%.

A bovinocultura (produção de carne e leite) participou,

nos anos 1973 e 1974, com cerca de 58,0% do valor da produção do Subsetor Produção Animal e Derivados.

Nos anos 1973 e 1974, foram abatidas 10.398 mil e 10.688 mil cabeças, respectivamente. O rendimento médio por carcaça, nos anos sob consideração, atingiu cerca de 190 kg.

As exportações brasileiras de carne bovina (resfriada, congelada e industrializada) foram da ordem de US\$ 118 milhões em 1974 (para 57 mil toneladas), contra US\$ 219 milhões em 1973 (para 134 mil toneladas), ocasionando uma queda de US\$ 101 milhões em divisas.

A principal causa do decréscimo verificado no volume das exportações deste item (com destaque para carne resfriada e congelada) deve-se à necessidade que teve o Governo de regularizar o abastecimento do mercado interno.

Com relação ao leite, a produção atingiu cerca de 8.190 milhões e 8.335 milhões de litros em 1973 e 1974, respectivamente, acusando um acréscimo de 1,8%. Tal fato indica um "deficit" na produção leiteira do Brasil da ordem de 410 milhões de litros.

O Governo brasileiro, objetivando a regularização do abastecimento interno no período de entre-safra da carne bovina e de leite, bem como, o aumento e a garantia da participação da carne na pauta de suas exportações, vem desenvolvendo, desde o I PND, a seguinte programação:

- melhoramento das condições sanitárias do rebanho, através da intensificação do combate à febre aftosa, brucelose e raiva;
- expansão e melhoria tecnológica do parque industrial de carnes, através de assistência técnica e inspeção sanitária por parte dos órgãos federais;
- padronização e classificação de carcaças;
- intensificação das áreas de atuação do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE);

- elevação das taxas de natalidade (de 50,0 para 75,0%) e de desfrute (de 12,0 para 25,0%);
- dinamização do plano de melhoramento de alimentação e manejo do gado leiteiro, através do sistema nacional de extensão rural.

AVICULTURA

A avicultura brasileira transformou-se, nas duas últimas décadas, numa atividade nitidamente empresarial, evoluindo da criação em pequena escala para a exploração em escala comercial. Atualmente, participa com cerca de 20,0% no valor da produção do Subsetor Produção Animal e Derivados (carne e ovos).

O Brasil, atualmente, possui um dos maiores plantéis avícolas do mundo, ultrapassando 335 milhões de aves em 1973 e 350 milhões em 1974, considerando apenas o efetivo dos galináceos, que representam 95,0% da avicultura brasileira. A maior concentração deste plantel se verifica na Região Sudeste, com cerca de 160 milhões de cabeças, ou seja, 46,3%, vindo a seguir a Região Sul com 23,3% e o Nordeste com 18,7%.

Nos anos de 1973 e 1974, foram produzidas 315 mil e 360 mil toneladas de carne, respectivamente, verificando um acréscimo de 15,0%. No tocante a ovos, a produção atingiu, em 1974, 1.110 milhões de dúzias, ou seja, um incremento de 7,2% em relação ao ano anterior (1.036 milhões de dúzias).

É interessante ressaltar que o alto índice de desenvolvimento alcançado pela avicultura brasileira, em anos recentes, em grande parte, se deve à relativa escassez de carne bovina no mercado interno.

SUINOCULTURA

O efetivo suíno brasileiro aumentou em 23,0% durante a última década, o que significa uma taxa geométrica anual de crescimento da ordem de 2,1%. Em 1970, existiam 31,5 milhões de cabeças, contra 25,6 milhões em 1960.

Nos anos de 1973 e 1974, o efetivo do rebanho suíno foi da ordem de 33,5 milhões e 34,2 milhões de cabeças, respectivamente. A taxa geométrica de crescimento no biênio considerado foi de 2,1%.

A suinocultura participou, nos anos de 1973 e 1974, com cerca de 11,0% do valor da produção do Subsetor Produção Animal e Derivados.

O rebanho de suínos concentra-se na Região Sul do Brasil, a qual participa com 48,2% do total. Em segundo lugar vem a Região Nordeste com 22,4% e, em terceiro, a Sudeste com 18,5%.

O desfrute do rebanho de suínos tem sido em torno de 36,0%, resultando em um abate de 12,1 milhões e 12,3 milhões de cabeças em 1973 e 1974, respectivamente. O peso médio por carcaça gira em torno de 50 kg.

O Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, vem desenvolvendo grande esforço no sentido de incrementar a oferta de produção do rebanho porcino "tipo-carne" com a importação de reprodutores de alta linhagem da Alemanha, Estados Unidos, Holanda e Inglaterra, objetivando, com essa medida, a melhoria dos índices de produção e produtividade.

PESCA

A concepção de que a existência de uma fronteira marítima brasileira de 7.548 km implica, necessariamente, na existência de inegotável potencial pesqueiro, tem criado uma imagem de que a pesca é um setor altamente rentável, proporcional somente à massa de investimentos nela aplicados.

As pesquisas e observações feitas até o momento indicam uma situação oposta, ou seja, a costa brasileira, à exceção de alguns trechos, é escassa em recursos pesqueiros. Esta constatação não implica em afirmar que a produção de pescados no Brasil não possa sofrer um aumento significativo. Os recursos pesqueiros brasileiros não são bem conhecidos. A necessidade de pesquisas é reconhecida por todos os que participam do setor.

A produção de pescado do Brasil atingiu, em 1970, 527 mil toneladas, das quais 449 mil se referem a categoria peixes, 64 mil a crustáceos (camarão, lagosta, etc.) e 14 mil a mamíferos aquáticos, moluscos e quelônios (baleia, marisco, etc.), ou seja, 85, 12 e 3%, respectivamente.

Com características nitidamente extrativas, a pesca é praticada ao longo de todo o litoral brasileiro. No período 1966/70, a participação regional da produção de pescado apresentou os seguintes resultados: Sul (31,2%), Sudeste (30,0%), Nordeste (26,2%), Norte (12,2%) e Centro-Oeste (0,4%).

As estimativas de produção de pescado, nos anos de 1973 e 1974, atingem 561 mil e 595 mil toneladas respectivamente.

O item "pescados" participa, em média, com 5,9% do valor da produção do Subsetor Produção Animal e Derivados.

É interessante ressaltar que, para cada tonelada de produtos da pesca exportada, o Brasil importa, em média, 5 toneladas, principalmente de bacalhau.

SUBSETOR EXTRATIVA VEGETAL

A importância relativa do Subsetor Extrativa Vegetal na produção do Setor Agrícola vem, nos últimos anos, decrescendo gradativamente, atingindo no ano de 1974, a participação de 4,0%.

A exploração florestal-madeireira, componente principal do Subsetor em epígrafe, representa cerca de 75,0% do mesmo.

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

O deslocamento da fronteira agrícola e da pecuária no Brasil está a exigir, cada vez mais, novas áreas para a incorporação no processo produtivo daqueles dois Subsetores, destruindo a cobertura vegetal primitiva, muitas vezes pela derrubada das florestas naturais, provocando desequilíbrios bio-climáticos imprevisíveis.

O enfoque sobre a oferta e a demanda de recursos florestais não mais poderá ser feito, tão somente sob a ótica dos retornos físico-econômicos imediatos, mas, também, sob a ótica do equilíbrio bio-climático do País e do bem-estar social da população.

Até, praticamente, fins da década de sessenta, a atividade florestal-madeireira, no Brasil, ainda obedecia a processos de exploração predatória e não a uma exploração racional com a obrigatoriedade de reposição florestal.

O Governo Federal consciente dessas deficiências criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com a finalidade de formular a política florestal, bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e a conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País.

Assim, a partir da criação do IBDF até dezembro de 1974, os projetos aprovados por esse órgão e financiados com os benefícios fiscais específicos, atingiram o montante de Cr\$ 3.200 milhões, para uma área de aproximadamente 1.600 mil hectares e o plantio de cerca de 3.560 milhões de árvores. Do total de investimentos, São Paulo, Minas Gerais e Paraná foram beneficiados com cerca de 73,0%.

Especificamente, no ano de 1974, os projetos de reflorestamento atingiram o montante de Cr\$ 750 milhões, devendo cobrir uma área de cerca de 290 mil hectares e o plantio aproximado de 625 milhões de árvores. Dos investimentos totais, 75,0% foram destinados aos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

No que diz respeito às essências utilizadas, foram as seguintes percentagens médias de incidência: "Eucalyptus" 69,0%; Pinus 24,0%; Frutíferas 3,0%; "Araucaria" 1,0%; e outras 3,0%.

Do ponto de vista conservacionista, de acordo com as metas preconizadas pelo IBDF, os Parques e Reservas Florestais cobririam 7,1% do Território Nacional, sendo 10,0% na Amazônia e 5,0% no resto do País. Os reflorestamentos artificiais para fins econômicos ocupariam uma área de 5,0% do Território Nacional (42,6 milhões de hectares), as florestas remanescentes, aliadas aos reflorestamentos para fins ecológi

cos, cobririam 20,0% da superfície de cada uma das regiões brasileiras, sendo este percentual mais elevado na região amazônica, onde, no mínimo, 50,0% da área guardaria a sua cobertura natural.

Os produtos provenientes da exploração florestal (pinho e outras madeiras serradas e madeiras laminadas) exportados em 1974, foi da ordem de US\$ 104,8 milhões para um volume de 370,3 mil toneladas, contra US\$ 123,6 milhões e 604,6 mil toneladas em 1973, evidenciando-se uma queda de 39,0% no volume exportado.

) MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Embora o desempenho da agricultura brasileira venha sendo satisfatório, pode-se observar que seu crescimento poderia ter apresentado um melhor desempenho. O exame dos rendimentos físicos de suas principais culturas e de seus rebanhos evidencia que, nos últimos anos, não se registraram significativas mudanças tecnológicas no processo produtivo agropecuário do País. Provavelmente, uma das principais causas deste quadro seja a insuficiência dos recursos destinados às áreas de pesquisa agrícola e assistência técnica ao produtor.

) PESQUISA

Com a mudança dos rumos da política econômica que vem ocorrendo desde 1964, criaram-se, recentemente, condições para que se procedesse a uma reforma de natureza profunda na pesquisa agropecuária, ao nível do Ministério da Agricultura. Estudo minucioso foi realizado a respeito da pesquisa agrícola brasileira, nos aspectos institucionais, programáticos, adequação dos recursos financeiros, mecanismos de execução da pesquisa e recursos humanos. Como resultado, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que, a partir de 19 de janeiro de 1974, assumiu a administração de 9 institutos, dois centros e 70 estações experimentais, localizados em todo o território nacional.

A EMBRAPA, de acordo com a lei que a criou e a realidade agrícola nacional, está sendo orientada com fundamento nas seguintes diretrizes:

- 1 - A política de tecnologia e a de desenvolvimento econômico-social do Governo nortearão o elenco de programas e projetos por produto e região;
- 2 - A programação terá por princípio fundamental a seletividade, no sentido de evitar a fragmentação de recursos. Será pragmática, a fim de propiciar à agricultura brasileira resultados relevantes em curto prazo, não se descuidando, evidentemente, das pesquisas mais fundamentais;
- 3 - Com vistas ao interesse nacional, a empresa importará tecnologia e a adaptará às condições brasileiras, quando necessário. De qualquer maneira, haverá um esforço consistente e continuado no sentido de proporcionar os recursos que forem necessários à criação de tecnologias próprias, compatíveis com as exigências e condições internas e de competição no mercado internacional.
- 4 - Em conformidade com o princípio de melhor aproveitamento dos recursos institucionais disponíveis no País, a EMBRAPA atuará, invariavelmente, na busca de cooperação entre os diferentes organismos que realizam pesquisa agropecuária e lhes dará apoio.
- 5 - É preocupação fundamental da empresa fazer com que a tecnologia criada pelos cientistas e pesquisadores chegue rapidamente e em forma acessível ao produtor agrícola. Por isso, articular-se-á vigorosamente com os serviços de extensão e assistência técnica disponíveis no País.

EXTENSÃO RURAL

As atividades de extensão rural (caracterizadas pela assistência técnica e creditícia diretamente ao produtor) são coordenadas, em todo o País, pelo Ministério da Agricultura, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e executadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e associações estaduais a ela filiadas.

O Estado de São Paulo é a única Unidade da Federação que possui o seu próprio serviço de extensão, cuja característica é o fornecimento das diversas formas de assistência técnica de modo integral, cuidando, inclusive, do fornecimento de fatores de produção.

As tarefas de extensão rural envolvem a difusão de processos avançados de produção e comercialização dos produtos agropecuários, estendendo-se aos aspectos referentes à educação, saúde, alimentação, vida familiar, vida comunitária e mobilização da juventude rural.

Atualmente, o sistema ABCAR cobre 24 Unidades da Federação, atendendo 2.300 municípios, que representam cerca de 68,0% dos municípios existentes, possuindo um corpo técnico com 4.360 profissionais, do qual 55,0% (2.400 técnicos) é constituído de agrônomos e veterinários.

A situação atual da extensão rural e da assistência técnica no País estava a exigir maior legitimação por parte do Governo Federal e um mecanismo operacional flexível, capaz de atender às necessidades de informação tecnológica que tem o produtor e, ao mesmo tempo, cooperar com a pesquisa e a criação de tecnologias relevantes e viáveis para as condições da agricultura brasileira, além de colaborar estreitamente com as entidades governamentais responsáveis pela formulação da política agrícola em seus diversos níveis. Assim, o Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

A EMBRATER, empresa pública, que será associada às Empresas com objetivos afins, dota o Ministério da Agricultura de mais um instrumento rápido e eficiente para a execução de programas e projetos integrados, visando ao aumento da produção e produtividade da agricultura, bem como à elevação do nível de vida do homem do campo.

EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

O Governo Brasileiro, consciente da necessidade de incrementar a produção e produtividade da agropecuária para fazer face ao crescimento da demanda interna e a formação de excedentes exportáveis,

garantindo a receita cambial, imprescindível a estratégia do desenvolvimento econômico e social do País, tem procurado expandir a fronteira agrícola através de uma programação técnica e dirigida, visando atenuar as disparidades intra e inter-regionais existentes.

A expansão da fronteira agrícola, no Brasil, se consubstancia, em grande parte, através da implementação de programas e projetos de reforço regional que se relacionam e se complementam entre si, tais como o PIN, PROTERRA, PRODOESTE e PROVALE.

Para o direcionamento do processo de deslocamento da fronteira agrícola, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, através do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quatro projetos principais se destacam: Discriminação de Terras, Desapropriação de Terras, Colonização e Reforma Agrária e Titulação de Terras.

Com relação à Discriminação de Terras, dentro e fora da Amazônia Legal, foram criados 24 projetos fundiários, distribuídos em 11 Estados e 3 Territórios, cobrindo uma área de 253,9 milhões de hectares, o que representa 29,8% do Território Nacional.

Em 1974, foi iniciada a Desapropriação de 6,6 milhões de hectares, abrangendo 10 Estados da Federação.

No que diz respeito à Colonização e Reforma Agrária, até 1974, 10.500 famílias foram assentadas nos sete projetos em execução na Amazônia. Foram abertos, também, cerca de 1.500 km de estradas de penetração, com o objetivo de facilitar a instalação de novas unidades e o escoamento da produção.

Atualmente, no sistema preconizado para a ocupação da Amazônia, existem 33 Agrovilas concluídas - 32 em Altamira e 1 em Marabá - e 3 Agrópolis - Altamira (Brasil Novo), Marabá (Amapá) e Itaituba (Miritituba).

No final de 1973 e início de 1974, os esforços se concentraram na conclusão da primeira etapa da Rurópolis Presidente Médici, situada no eixo norte do entroncamento das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, que foi inaugurada em fevereiro de 1974 e na fase final de construção da indústria açucareira "Abraham Lincoln", que entrou em funcionamento no mês de março.

Quanto à Titulação de Terras, nos anos de 1973 e 1974, foram expedidos pelo INCRA, um total de 23.553 títulos definitivos de lotes rurais e urbanos. Foram realizados, também, contratos de Promessa de Compra e Venda de lotes rurais, autorizações e licenças de ocupação nos Projetos Fundiários, totalizando 37.403 títulos.

Relacionado, também, com a expansão da fronteira agrícola, o Governo Federal, consciente de experiências anteriores mal sucedidas, tem procurado formular uma política de irrigação realista nos seus princípios e flexível na sua aplicação às peculiaridades regionais do País, que se caracteriza, basicamente, pela busca da ação integrada de medidas e organizações, pela criação de instituições modernizantes no meio rural, pelo fortalecimento do setor privado e pela busca de instrumentos de ação indireta.

UTILIZAÇÃO DE INSUMOS MODERNOS

A tecnologia moderna, aplicada à agricultura, destinada ao aumento da produtividade por área e/ou trabalhador, vem sendo intensificada a partir de 1967, através da utilização, em escalas significativas, de máquinas e implementos agrícolas, fertilizantes e corretivos, sementes melhoradas, defensivos e rações balanceadas.

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS

Nos anos de 1973 e 1974, a produção da indústria nacional de tratores atingiu 43.329 e 53.228 unidades, respectivamente, apresentando um crescimento da ordem de 22,9%.

Da produção total de 1974, coube o maior volume a tratores de rodas com 43.777 unidades (82,2%), seguida de cultivadores motorizados com 3.914 (7,4%), micro-tratores com 3.033 (5,8%) e tratores de esteira com 2.454 (4,6%).

O número de tratores em uso na agricultura brasileira atingiu cerca de 254 mil unidades em 1974 contra 221 mil em 1973, proporcionando um aumento da ordem de 15,0%.

Entre 1970 e 1974, a relação área cultivada por trator pas

sou de 217 para 165 hectares, evidenciando uma significativa melhoria nos índices de mecanização da agricultura brasileira.

FERTILIZANTES E CORRETIVOS

O consumo aparente de Fertilizantes no Brasil, em 1973, atingiu 1.635 mil toneladas de nutrientes. Daquele total, a indústria nacional participou com cerca de 29% (478 mil t), contribuindo para este percentual os nitrogenados e fosfatados, uma vez que ainda não são produzidos internamente os potássicos.

O consumo aparente de fertilizantes no País vem crescendo de maneira contínua, superando, nos últimos anos as metas estabelecidas no I PND. No entanto, o suprimento de matérias-primas e de fertilizantes passa no momento por uma fase anormal. Há escassez relativa em todo o mundo e seus preços subiram com os efeitos daquelas dificuldades que já repercutem no Brasil.

A esta escassez relativa juntam-se outros fatores desfavoráveis ao abastecimento. O transporte marítimo tornou-se difícil e o custo dos fretes foi muito aumentado. Internamente, a falta de vagões para transporte de fertilizantes e a reduzida disponibilidade de vagões comuns influem na distribuição dos produtos. Também a falta de embalagens - sacos plásticos - contribuiu para conturbar o setor. Todavia, podem ser condições passageiras, problemas cujas soluções poderão ser encontradas a curto e médio prazo, deixando de influir desfavoravelmente na conjuntura.

Há boas perspectivas de um aumento de produção nacional de fertilizantes, no entanto, dada a própria natureza da indústria - que necessita de elevado capital e de tempo para sua implantação -, o País continuará ainda, de maneira apreciável, a depender das importações nos próximos anos.

Em 1974, o consumo aparente de fertilizantes, como consequência das anormalidades acima mencionadas, declinou de 1.635 mil para 1.470 mil toneladas.

Com o objetivo de elevar o consumo de fertilizantes e corretivos, tendo em vista incrementar os índices de produção e produtivi

dade da agricultura brasileira, bem como expandir e modernizar o parque industrial de fertilizantes, visando a redução da dependência externa deste importante insumo, o Governo Federal vem de aprovar o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola, o qual será executado no período 1974/1980.

As metas físicas de produção interna desses insumos a serem atingidas, até 1980, são as seguintes:

- Fertilizantes (N): 1.400 mil toneladas
- Fertilizantes (P_2O_5): 1.600 mil toneladas
- Fertilizantes (K_2O): 1.000 mil toneladas
- Calcário Agrícola: 15.000 mil toneladas

SEMENTES

O Plano Nacional de Sementes (PLANASEM) - definido através da Política Nacional de Sementes - fixa responsabilidade do setor governamental e da iniciativa privada na produção e distribuição de sementes melhoradas. Ao poder público competem os trabalhos de pesquisa e produção de semente genética, bem como a fiscalização do comércio de sementes; à iniciativa privada, sob estímulo governamental, cabe a responsabilidade de produzir e comercializar as sementes melhoradas, para atender às necessidades do desenvolvimento agrícola brasileiro.

Para melhor desempenho do PLANASEM, o Ministério da Agricultura procedeu a elaboração de um projeto específico sobre a matéria, subdividido em duas áreas:

- Região Sul e Sudeste, com recursos financeiros da ordem de Cr\$ 184 milhões para um período de 6 anos, sendo Cr\$ 47,7 milhões do BID e Cr\$ 156,3 milhões correspondentes à contrapartida do Governo Brasileiro.
- Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com apoio da SUDAM e SUDENE nas duas primeiras regiões. Para executar o Programa do Nordeste, foram estimados investimentos da ordem de Cr\$ 178,6 milhões, para um período de 4 anos, com início no ano de 1973.

O Plano Nacional de Sementes selecionou oito culturas básicas: algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, feijão, milho, soja e trigo.

Os investimentos realizados do PLANASEM nas Regiões Sul e Sudeste totalizaram Cr\$ 18,8 milhões em 1973, contra Cr\$ 58,8 milhões em 1974. Nas Regiões Norte e Nordeste, foram aplicados recursos financeiros da ordem de Cr\$ 3,7 milhões, no ano de 1973.

A produção de sementes melhoradas das 8 culturas selecionadas atingiu, nas Regiões Sul e Sudeste do País, nos anos de 1973 e 1974, 560 mil e 622 mil toneladas, respectivamente, apresentando um incremento da ordem de 11,0%.

DEFENSIVOS

A expansão no uso de defensivos (inseticidas, fungicidas e herbicidas) na agricultura está estreitamente ligada ao aparecimento de pragas e doenças e da intensidade de seus ataques. Outros fatores, além do crescimento da área cultivada, são: expansão na área de culturas que exijam maior ou menor aplicação de defensivos, aparecimento de variedades resistentes a doenças e novos defensivos mais potentes os quais podem afetar o consumo, quando representado por toneladas de produto.

No caso brasileiro, o consumo desse fator de produção ainda é bastante reduzido, fazendo com que as metas estabelecidas deixem de alcançar o ponto de saturação.

O consumo aparente de defensivos (princípio ativo) no Brasil, nos anos de 1973 e 1974, atingiu 81.887 mil e 104.140 mil toneladas, apresentando um acréscimo de 27,2%. Destes totais, foram importados cerca de 73,0% no ano de 1973 e 76,0% em 1974.

O valor das importações atingiu US\$ 98 milhões e US\$ 150 milhões, nos anos de 1973 e 1974, respectivamente.

RACÕES

A indústria de rações no Brasil está passando por uma fa-

se de expansão e modernização devido, principalmente, à relativa escassez de carne bovina no mercado interno nos últimos anos e como consequência do aproveitamento de subprodutos gerados pelo parque agro-industrial brasileiro. Complementando estas disponibilidades, nota-se, também, que houve grande expansão na indústria farmacêutica, onde a indústria de rações se supre de suas necessidades de suplementos e aditivos (antibióticos, vitaminas, corantes, sais minerais, etc.).

As estimativas de produção de rações no Brasil, a qual se destina totalmente ao consumo interno, foram de 5.220 mil t em 1974, contra 4.020 mil t em 1973, representando um acréscimo de cerca de 30,0%. É interessante ressaltar que, no período 1971/1974, a produção de rações evoluiu de 2.572 para 5.220 mil t, ou seja, um aumento da ordem de 103,0%.

Do total de rações produzidas no Brasil, 76,0% se destinam à avicultura, 12,0% à suinocultura, 9,0% à bovinocultura e os restantes 3,0% a outras explorações.

ABASTECIMENTO

Os métodos de comercialização de produtos agrícolas vem experimentando importantes e significativos progressos nos últimos anos, acompanhando, até certo ponto, o desenvolvimento econômico do País. Entretanto, as transformações da estrutura de comercialização vem se processando de forma heterogênea, como consequência, em grande parte, da ausência de um órgão central para formular, coordenar e executar a política de abastecimento de gêneros alimentícios, fato esse que tem provocado desequilíbrios relativos na oferta e demanda de produtos agrícolas.

A ação governamental no abastecimento interno de gêneros alimentícios se faz sentir através dos mecanismos de ação e instrumentos de execução da Política Agrícola Nacional, consoante a obtenção de um equilíbrio inter-setorial e regional, objetivando taxas mais rápidas de crescimento econômico e social. Dentre os mecanismos de ação e instrumentos de execução, destacam-se: Política de Preços Mínimos, Armazenagem, Estoques Reguladores, Centrais de Abastecimento e Serviços Auxiliares de Comercialização.

PREÇOS MÍNIMOS

A política de preços mínimos, a cargo da Comissão de Financiamento da Produção (C.F.P.), visa, sobretudo, atenuar as flutuações dos preços agrícolas, concorrendo para o desenvolvimento do setor agropecuário, na medida em que diminui os riscos e as incertezas peculiares a atividade agrícola, favorecendo maior volume de inversões no setor.

A Comissão de Financiamento da Produção ao fixar os novos níveis de preços para os produtos agrícolas da safra 1973/74, os quais sofreram majorações que oscilaram de 4,4% a 75,8%, procurou atender às elevações dos custos de mão-de-obra, sementes, fertilizantes, defensivos e de outros insumos, como decorrência natural da crise mundial na oferta de matérias-primas.

O volume de financiamentos efetuados pela C.F.P., no ano de 1974, atingiu a cifra de Cr\$ 2.250 milhões para 3.000 mil de toneladas, contra Cr\$ 876 milhões para 1.345 mil de toneladas de produtos agrícolas em 1973. Os financiamentos concedidos concentram-se em grãos, especialmente, o milho, a soja, e o arroz, os quais representaram, nos anos de 1973 e 1974, cerca de 90,0% do volume físico.

ARMAZENAGEM

A atuação do poder público, até fins da década de sessenta, vinha sendo de crescente intervenção no armazenamento, através de investimentos diretos e estímulos à criação de companhias estaduais de prestação de serviços de armazenagem. Todavia, nos últimos anos, o Governo passou a estimular o setor privado a aumentar sua participação no Sistema Nacional de Armazenagem, através de incentivos creditícios, financeiros e fiscais, objetivando uma maior eficiência econômica do sistema.

Os investimentos governamentais no setor de armazenagem, atualmente, vem concentrando-se no reaparelhamento e ampliação dos terminais portuários, nos pontos estratégicos dos corredores de exportação e nas áreas onde a demanda de armazenagem não é atendida pelo setor privado.

A estimativa da oferta da capacidade armazenadora a seco (constituída de silos, armazéns convencionais e graneleiros, depósitos e tulhas), no ano de 1974, atingia o total de 24,8 milhões de toneladas (capacidade estática), participando, o setor público, com 7,2 milhões (29,0%).

Quanto à armazenagem a frio (frigoríficos e câmaras), em 1974, a oferta atingia cerca de 140 mil toneladas (capacidade estática), das quais a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) participava com 30,0%.

ESTOQUES REGULADORES

A entidade governamental responsável pela formação de estoques reguladores de gêneros alimentícios básicos (arroz, feijão, milho, soja, óleos comestíveis, carne congelada e leite em pó) é a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Entretanto, a posição desta Empresa, face às dificuldades inerentes à formação de estoques reguladores ou estratégicos, tem se mantido um tanto quanto delicada, dada a sua característica de executora de um programa que ainda não adquiriu maturidade sob um enfoque mais realístico de planejamento e execução, através do qual fosse possível determinar políticas, recursos e metas.

É interessante ressaltar que, a despeito da situação abordada anteriormente, a COBAL teve participação ativa, no ano de 1974, na regularização da oferta de carne bovina nos períodos de entre-safra, notadamente nos locais de grande concentração demográfica do País. De um total de 110 mil toneladas de carne, participou com 50,0%.

Com relação à normalização do abastecimento de leite, de um "deficit" estimado em 410 milhões de litros de leite "in natura", a COBAL importou 14 mil toneladas de leite em pó (equivalente a cerca de 108 milhões de litros de leite "in natura"), satisfazendo a 26,3% daquele "deficit".

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

O Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, constitui

do de unidades operacionais nos principais aglomerados urbanos do País, em implantação sob a responsabilidade do Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento - GEMAB (cujas atribuições e acervo foram transferidos para o CONAB), visa alcançar os seguintes objetivos: reduzir os custos diretos de comercialização; proporcionar economias de escala às organizações que operam no comércio atacadista de gêneros alimentícios; intensificar os serviços de padronização e classificação dos produtos hortifrutigranjeiros; reduzir a flutuação da oferta dos produtos hortifrutigranjeiros; aperfeiçoar o mecanismo de formação de preços; e dinamizar, ampliar e difundir o Sistema de Informação de Mercado Agrícola.

O mecanismo de financiamento das Centrais de Abastecimento (CEASA) foi instituído pelo Decreto nº 66.332 de 17/03/70 e tem como agente financeiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (responsável por 70,0% dos financiamentos). O programa conta, também, com recursos externos da USAID e do Governo da Espanha. O investimento global estimado para a implantação do Sistema é da ordem de Cr\$ 1.000 milhões.

Até fins de 1974, das 20 CEASAs programadas, entraram em operação as unidades de Porto Alegre, Niteroi/São Gonçalo, Grande Rio, Belo Horizonte, Campinas, Brasília, Salvador, João Pessoa, Recife, Fortaleza, Aracaju e Maceió, totalizando 12 centrais. Estão em fase de implantação as seguintes CEASAs: Curitiba, Goiânia, Belém, Manaus, Vitória, Natal, Terezinha e São Luiz.

As Centrais de Abastecimento programadas e em funcionamento movimentarão em suas instalações mais de 4,0 milhões de toneladas/ano de produtos hortifrutigranjeiros, servindo a uma população superior a 30 milhões de habitantes, no ano meta 1975.

Até fins de 1974, foram investidos cerca de 80% dos recursos programados, ou seja, Cr\$ 800 milhões.

SERVICOS AUXILIARES

A padronização e classificação dos produtos da agricultura são fundamentais à melhoria da produtividade do sistema de comerciali-

zação agrícola. A inadequação dos padrões de classificação oficial às necessidades dos mercados externo e interno vem condicionando o desenvolvimento do sistema e a evolução das técnicas de comercialização dos produtos agrícolas.

O Governo, consciente da situação que vem ocorrendo, tem procurado atualizar os critérios de classificação, bem como adequá-los às condições do mercado internacional e doméstico de modo a permitir a disseminação de produtos de alto padrão de qualidade.

O Serviço de Informação de Mercado Agrícola, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, vem atuando nas seguintes capitais: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Vitória e Brasília. Tal serviço oferece cotações diárias dos principais produtos agropecuários, bem como seus comportamentos de mercado, nos locais indicados.

Nesta área, o Governo Federal vem realizando estudos objetivando a identificação das fontes supridoras de informações, a verificação dos mecanismos de funcionamento do sistema (desde a coleta até o processamento de dados) e as possibilidades de tornar compulsória a padronização e classificação dos principais produtos, componentes dos boletins informativos. Esses estudos proporcionarão condições para a dinamização e expansão do Sistema Nacional de Informação de Mercado Agrícola em todo o território nacional, com os objetivos de simplificar, unificar e ampliar qualitativamente as informações fornecidas, permitindo, desta maneira, a estimativa das quantidades transacionadas e em disponibilidade dos produtos integrantes dos boletins informativos.

MUDANÇA INSTITUCIONAL

Dando cumprimento às disposições da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974, que alterou a constituição e competência do Conselho Monetário Nacional, o Governo Federal, através do Decreto nº 74.158 de 6 de junho de 1974, instituiu o Conselho Nacional de Abastecimento - (CONAB), que é o órgão central de formulação, coordenação e execução da Política Nacional de Abastecimento.

OBSERVAÇÃO: As fontes dos dados apresentados no presente trabalho são provenientes: F.G.V., CONDEPE, MINAGRI, IPLAN/IPEA, SINDICATOS e outros.

